

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
I SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A TRANSIÇÃO E A REVISTA VEJA:
UM ESTUDO SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Tathiana Senne Chicarino – tathiasennechicarino@yahoo.com.br

SÃO PAULO
NOVEMBRO DE 2009

A TRANSIÇÃO E A REVISTA VEJA: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Tathiana Senne Chicarino – tathianasennechicarino@yahoo.com.br

Resumo

O tema transição vem sendo largamente discutido pela Ciência Política, porém, entendemos que há uma lacuna no que se refere à interação deste tema com os estudos sobre mídia e política. Na tentativa de suprir esta falta, nos propomos a analisar o discurso político – midiático expressado pela Revista *Veja* entre os anos 1974 a 1985, período de passagem do autoritarismo para a democracia. A hipótese a ser provada é a de que a *Veja* formula sua agenda em conformidade, tanto com as aspirações da sociedade civil, quanto com as medidas liberalizantes implementadas pelo governo militar; ou seja, se o discurso de *Veja* pode ser considerado reflexo da sociedade com a qual se relacionava. Por ter a Revista *Veja* uma ampla circulação nacional, a principal premissa a nos direcionar, é a de que ela possa ser referência sobre a dinâmica midiática do período estudado e formadora de uma opinião pública a respeito da transição. A visualização deste processo histórico – político sob a perspectiva da mídia tem como ponto forte a Campanha pelas Diretas, que foi o maior movimento de massas dos anos 80 com um intenso uso da mídia, as Diretas deram voz a uma opinião pública que há tempos não se manifestava, podendo ser considerada o desfecho da deslegitimação do governo militar. O que se pretende com este artigo é versar sobre universos de pensamento e de valores em um determinado período histórico, e pelo discurso político lançar um olhar crítico sobre o fato histórico.

Palavras-chave: transição, democracia, mídia, discurso político, Diretas

Introdução

Do Golpe de 1964 à Transição

O tema da presente pesquisa refere-se à análise da transição democrática brasileira ocorrida entre 1974 – 1985, tendo como objetivo a visualização deste processo histórico-político sob a perspectiva da mídia.

O recorte metodológico deste trabalho centralizar-se-á no exame discursivo da Revista *Veja* durante o período sugerido, ela será a principal fonte de material empírico, e

por ser uma revista de ampla circulação nacional a premissa principal é a de que possa tanto elucidar a dinâmica midiática, como ser representativa dos meios de comunicação nacionais, e a de sua capacidade de formar a opinião pública a respeito da transição democrática.

A hipótese que testaremos neste trabalho é se as questões relativas à abertura política e ao fim do autoritarismo tratadas pela *Veja* vêm ao encontro tanto da postura adotada pelo governo militar e suas medidas liberalizantes, quanto pelas aspirações sociedade civil; e se a retomada do Estado de Direito era inevitável, como o discurso político midiático se adaptava a esse contexto.

Para tanto, uma retrospectiva dos mais relevantes fatos políticos, e a repercussão que deles se fizeram, é necessária para a devida apreensão do objeto em suas interações no citado momento histórico.

Após um período turbulento de democracia, de 1946 a 1964, dá-se a deposição do Presidente João Goulart, situação ocorrida, para alguns cientistas políticos, como Samuel Huntington (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1970), em decorrência do processo de modernização tardia nos países de capitalismo dependente e que levaria à democracia e depois, dada a ineficiente resposta às demandas das massas, à ditadura. Outros dirão como Juan J. Linz, baseado numa perspectiva orientada para o ator, que o autoritarismo se instalou pela inabilidade das elites em resolver os conflitos pela via institucional, gerando uma atmosfera de polarização e radicalismo, interrompida pelo golpe militar.

Passados dez anos de regime autoritário, inicia-se a sua liberalização¹ durante a vigência do mandato de Ernesto Geisel, que havia sido eleito pelo Colégio Eleitoral. Os candidatos da oposição eram Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB e candidato à presidência, e seu vice, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). O intuito dos anticandidatos era menos a vitória, considerando a dinâmica eleitoral de 1973, e mais a possibilidade de denunciar a repressão ocorrida no governo Médici, a alta concentração de renda, o desgaste econômico e acima de tudo as eleições indiretas. O que esta “anticandidatura” fez foi iniciar um processo de mobilização da sociedade civil que culminaria na redemocratização do país.

Foram várias as tentativas de bloquear o avanço da oposição, entre elas a “Lei Falcão” em 74, o voto vinculado e o “Pacote de Abril” em 77, mesmo assim o MDB obteve excelentes resultados, reforçando a idéia de que o voto popular é um eficaz termômetro do grau de legitimidade ou de contestação de um regime político. Com isso, o processo de

¹ J.A. Moisés faz uma reflexão sobre processos de liberalização como uma medida de Estados não-democráticos em resolver crises cíclicas, dando à sociedade civil maior participação política, mas não equivale à democracia.

abertura adquiriu força e dinâmicas próprias, pois eleições competitivas podem ajudar a quebrar as barreiras que existem entre o autoritarismo e a democracia, mesmo dentro de sistemas não competitivos, como nos diz Lamounier (1988), a fase repressiva do regime foi aos poucos sendo desfeita pelo caminho da política.

Um dos mecanismos que teoricamente inviabilizaria essa guinada era a estratégia do General Golbery Couto e Silva de acabar com o bipartidarismo, restabelecendo o multipartidarismo, por meio de uma nova lei orgânica em 1979; na terminologia de Sartori (1982), passaríamos de um sistema de partido “predominante” para um sistema de pluralismo moderado. Temendo as eleições de 1982, Golbery esperava com esse artifício enfraquecer a oposição desunindo-a e fragmentando-a. A nova lei passou a exigir que todas as organizações partidárias acrescentassem a palavra, *partido*, em sua inscrição, novamente o MDB valeu-se da popularidade que granjeava, acrescentou o P ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), continuando na memória e na fala do eleitor, já a ARENA para desvencilhar-se do seu espectro repressivo e do ranço conservador da antiga UDN, mudou completamente de nome, passou a ser o PDS (Partido Democrático Social).

Além desta medida do governo militar, a continuidade da distensão e o fortalecimento da oposição propiciaram o surgimento de novos partidos, como o PT (Partido dos Trabalhadores), um partido gestado na Igreja, na intelectualidade e no sindicalismo chamado por muitos de “autêntico”; na mesma época surgiu o PDT (Partido Democrático Trabalhista) fundado por Leonel Brizola; e o PP (Partido Popular) de Tancredo Neves, saído do MDB, e Magalhães Pinto, que desde sua fundação procurou trilhar o caminho rumo à democracia, mas de forma moderada.

A solução encontrada pela oposição para não cair na cilada do enfraquecimento gerado pelo multipartidarismo foi uma retomada informal ao bipartidarismo, uma aliança entre PP e PMDB, já que o PP não era organizado suficientemente para lançar uma candidatura própria e os arranjos políticos tornaram-se proibidos em 1982. Em parte, essa aliança fora possível pela heterogeneidade do MDB desde sua constituição a partir do AI-2, medida que obrigou a extinção dos 13 partidos existentes, sendo os mais proeminentes o PSD, PTB e UDN, e instituiu novas regras: não haveriam mais partidos e sim organizações provisórias, para tanto, precisavam de um *quorum* mínimo, 21 senadores e 127 deputados. O conteúdo do AI-2 viabilizava somente a criação de duas organizações, foi quando surgiram o MDB e a Arena. O MDB nasceu então como uma organização que dava espaço às diferentes correntes ideológicas, que apenas tinham em comum a oposição ao regime.

Os atores políticos

A partir de 1983 diferentes partidos e ideologias começam a se movimentar para reivindicar eleições diretas para presidente, além do PT, PDT, CUT e Conclat, o PMDB, tendo Ulysses Guimarães novamente como porta-voz, toma a frente desta Campanha, que viria a ser uma unanimidade nacional, conhecida em todo o Brasil por “Diretas Já!”. Ulysses foi o principal responsável por transformar o PMDB num canal de mobilização capaz efetivamente de abrir o regime autoritário, Lamounier (2004).

Mesmo que a campanha pelas Diretas não consistisse em um proselitismo pessoal, uma figura das mais importantes foi Tancredo Neves que desde 1984 era o candidato mais cotado do PMDB para a sucessão presidencial. A permanência funcional da sucessão presidencial era intenção dos militares, a abertura iniciada no governo Geisel e continuada no governo Figueiredo, não contemplava, com o possível retorno à democracia representativa, a oposição no poder.

Eram três os presidenciáveis do PDS para as eleições de 85: Aureliano Chaves, vice-presidente de Figueiredo, o ministro do Interior Mário Andreazza e Paulo Maluf, o único que não compunha o governo de Figueiredo. Seu oponente direto dentro do PDS era Mário Andreazza, Maluf o venceu após intensa campanha, regada a promessas de cargos e privilégios, porém, a postura agressiva de Maluf durante sua pré-candidatura provocou uma dissensão do partido, uma delas foi à renúncia do presidente da Executiva Nacional, José Sarney, um veterano saído da “bossa nova” da UDN. Maluf fez o que a oposição, durante todo o regime militar não conseguiu, rachar o partido do governo.

Aureliano Chaves insatisfeito com as decisões do partido resolveu formar uma dissidência com o nome de Frente Liberal, que veio a ser conhecido por PFL, assim arrolou nomes fortes como Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel e José Sarney, todos vindos da Arena. A Aliança Democrática surgiu do agrupamento desses dissidentes com o PMDB em oposição a Maluf. Tancredo Neves, como já era esperado, seria o candidato a presidente pelo PMDB, o vice ficou a cargo de José Sarney, eis que se constituía uma oposição forte e unida.

O prestígio de Tancredo Neves foi fortalecido durante o período eleitoral que foi de agosto de 1984 até janeiro de 1985, pela televisão e pelos grandes comícios, que rememoravam as Diretas. Venceu as eleições indiretas finalizando a distensão com um civil no comando da Nova República.

De acordo com Fernando Henrique Cardoso (2004), Tancredo foi a escolha mais viável para o voto indireto, era aceito pelos principais personagens do regime autoritário que já estavam comprometidos com a transição democrática, justamente por suas características conservadora e moderadora. Além disso, Roberto Gusmão, secretário de

governo de Franco Montoro, confirmou isso, dizendo à revista *Veja* que o candidato da Aliança Democrática seria o Tancredo, ao invés do Ulysses, com o apoio da bancada emedebista paulista.

Porém, mesmo com uma vitória obtida por larga vantagem, após hábil articulação do centro liberal, a transição não havia se completado, e poderia ainda levar um duro golpe causado pela morte de Tancredo Neves. Sem conseguir tomar posse, o novo presidente morre aos 75 anos, no dia 21 de abril, uma multidão acompanha seu velório de perto ou pela televisão e a comoção foi generalizada.

Portanto, fazendo a conexão entre alguns dos mais relevantes acontecimentos históricos e processos individuais determinantes, nosso estudo estará alicerçado para, de uma forma crítica, contribuir para o debate sobre a transição e o papel que um veículo jornalístico executa nessa dinâmica.

A Revista *Veja*

A popularidade conseguida pela Campanha estimulou uma ampla cobertura jornalística, a eleição direta passou a fazer parte do debate nacional, e a Revista *Veja* passou a registrar os apoios que ela suscitava e a ocorrência de seus comícios, inclusive o primeiro oficial ocorrido em Curitiba no dia 12 de janeiro de 84, sua posição favorável às “Diretas”, é vista nos editoriais da época, principalmente os que vão de novembro a dezembro de 83. Porém, o tema transição já constava em sua pauta desde fevereiro de 1974.

A revista foi lançada com uma tiragem de 700 mil e em 1969, com apenas um ano de vida e sob a censura do AI-5, os números caíram para 70 mil, e, segundo Conti (1999) foi sob essa mesma configuração e sob a gestão de Mino Carta que a cobertura política nacional tornou-se prioritária na produção de notícias da *Veja*, algo que Roberto Guzzo tentava em 1977 resgatar, a respeitabilidade no meio da comunicação quando se tratava de crises políticas.

A circulação de *Veja* foi crescendo ininterruptamente, de acordo com os dados do IVC (Instituto de Verificação de Circulação), em 1977 ela fechou com 926.928 mil exemplares em todo o Brasil, dez anos depois com 2.339.002 milhões, saltando em 1991 para 8.423.017. Passou então a ser lucrativa e retomou o prestígio político e até fim da década de 90 a *Veja* era a revista mais vendida do Brasil, semanário de notícias, eram mais de 4,2 milhões de leitores. Considerada o carro-chefe da Editora Abril, um grande conglomerado de comunicação da América Latina, foi fundada em 1939 em Buenos Aires pelo italiano Cesar Civita que detinha a representação dos produtos Walt Disney, e em 1949 a convite de seu irmão, Victor abre uma filial no Brasil.

Hipótese e Objetivos

A hipótese que norteia este trabalho e com o qual pretendemos demonstrá-la, é como e se realmente um discurso político se move dentro do domínio de uma prática social (CHARAUDEAU, 2006), para tanto, nossa argumentação será balizada na apreciação de Patrick Charaudeau (2006). Para o autor, a análise do discurso é a busca pelos “atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos de pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado” (Charaudeau, 2006, p. 37).

Um discurso não é simplesmente político, ele o é em interação comunicativa e por não haver uma relação de causa e efeito entre a produção do discurso, ou a instância de informação, como nos termos de Charaudeau (2006), e a sua receptividade, ou instância receptora, torna-se imperiosa as seguintes considerações: o que é e como ocorre a situação de comunicação, o público a qual ela se dirige e, o contexto social e histórico em advém.

Numa situação de comunicação, linguagem e ação, ao mesmo tempo em que possuem autonomia, se encontram em uma situação de interdependência recíproca e não simétrica, e se realizam mediante “relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (Charaudeau, 2006, p.17). O intuito desta pesquisa é mostrar que a ação, no nosso caso a ação política está vinculada a um discurso que, ao mesmo tempo em que é motivador, é legitimador dessa ação, eles estariam indissociavelmente ligados.

Para que possamos entender como e onde se situa o discurso midiático de *Veja*, enumeraremos alguns pontos importantes sobre a ação política: em primeiro lugar, toda ação se presta a alcançar um objetivo e para tanto o ator deve racionalmente empregar meios para atingir esse fim; o segundo princípio relevante para a pesquisa é que a ação política permite que a sociedade tome decisões coletivas (CHARAUDEAU, 2006), como a elaboração de um projeto comum e, para haja um entendimento entre os diversos indivíduos acerca desse projeto, é necessária a existência de um espaço de discussão. As mídias se apresentam como um desses espaços de discussão, que resultam de uma organização da ação política, pois, não há “decisão nem ação possível no campo político, sem a consideração da opinião, para cuja fabricação as mídias intervêm” (Charaudeau, 2006, p.25).

Ao longo da pesquisa indicaremos quem são os principais elaboradores do projeto de redemocratização, e investigaremos as seguintes relações: entre os “elaboradores do projeto nacional” e o público consumidor, ou a instância receptora de *Veja*, se foi destinado

espaço em suas edições a esse público, e finalmente se os questionamentos que faziam em relação ao governo militar eram os mesmos que a *Veja* trazia em seus textos.

Buscando inspiração no que foi dito por Abramo (1991), que é possível através de um discurso midiático, contar um pouco da história política de um país, a premissa que delinea esta pesquisa é a de que a transição brasileira pode ser estudada através dos veículos de comunicação do período, para tanto, escolhemos a Revista *Veja*, dada sua amplitude de leitores e o seu histórico de cobertura dos eventos políticos.

No caso do discurso político midiaticizado, acreditamos que a instância de informação baseia seu discurso nas aspirações da sociedade a qual ela se relaciona, e tentaremos provar que a *Veja* se faz como caixa de ressonância dos anseios pela retomada do Estado de Direito.

A transição democrática e reivindicação pelo voto direto se inserem em um campo de disputa de poder na qual a comunicação de massa é uma arma que pode ser usada tanto de forma coercitiva quanto persuasiva, pelo Estado ou pela oposição política. A eleição para presidente, mesmo que indireta, está na passagem da censura para a de acelerada expansão das mídias, em decorrência da democratização, portanto, as Diretas representam o maior movimento de massas dos anos 80 e os seus comícios foram uma das maiores concentrações populares do período, período esse já caracterizado pelo intenso uso da mídia, que tecnicamente potencializa ainda mais a cultura política a favor do ator.

Metodologia

Inspirados em Weber (2005) e em sua definição da sociologia como uma “ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos” (WEBER, 2005, p.11), buscaremos neste trabalho compreender como se deu o processo de transição brasileira, através de seus fatores mais relevantes e decisivos, assim como a participação da mídia, mais especificamente da Revista *Veja* durante este processo.

Este estudo pretende consistir no resultado de uma pesquisa documental adicionada de uma pesquisa bibliográfica e, por ser a pesquisa documental da revista *Veja* uma fonte que ainda não teve tratamento analítico, fez-se necessário inicialmente a realização de uma amostragem aleatória probabilística, sendo selecionadas dez edições de 1974 a 1984 e quatro edições de 1985, pois delimitamos a pesquisa até março deste último ano.

A presente pesquisa também contará com uma contextualização da formação histórico-social brasileira, procurando apreender a particularidade da transição, mas sem perder de vista sua totalidade, como componente do processo de redemocratização que ocorria paralelamente em outros países, na leitura de biografias e no estudo sobre a mídia vinculada à política.

De acordo com Gil (2007), as fontes de “papel”, fornecem importantes dados para a pesquisa social, e em particular os documentos de comunicação de massa que além de permitirem ao pesquisador o conhecimento de aspectos da sociedade atual, também o ajudam a lidar com o passado histórico.

A historicidade presente nos documentos é importante para se “enxergar o que não é evidente” (Veyne, 1983, p.12.), de forma de não apenas colher os dados, reconstruindo os acontecimentos políticos do passado e construindo explicações para as causas e conseqüências, mas levando em consideração as condições de produção dos textos e lançando um olhar crítico sobre eles (CHARAUDEAU, 2006). É como se pretendêssemos uma conciliação da análise de discurso com a História, em especial a “Nova História”, de cunho interpretativo, com especial interesse pelas mentalidades, os comportamentos e que possibilita uma maior compreensão da dimensão e dos efeitos dos fatos políticos sociais.

Para tanto, utilizaremos um elemento metodológico indispensável para a análise de discurso, a comparação, não no sentido de diferenciação, mas com a finalidade de encontrar uma padronização do discurso no decorrer das edições e tentando provar que a *Veja* formula sua agenda de acordo com as aspirações da sociedade civil. A conceituação dessa padronização, ou constante, e de suas variáveis, deverá servir para explicar o modo como um discurso se faz e se modifica com o tempo, criando uma tipologia do discurso político – midiaticizado.

Azevedo (2008) já nos alerta para a dificuldade da verificação empírica entre a influência exercida pelos meios de comunicação de massa e as atitudes políticas, a influência dos meios de comunicação é seletiva, dependente de opiniões preexistentes e das relações interpessoais dos receptores, enfim, não seguem uma relação causal e direta. Mas isso não diminui o “poder de agenda dos meios de comunicação de massa e seus efeitos a longo prazo no campo político” (Azevedo, 2008, p.2). Ao selecionar, delimitar e hierarquizar temas e acontecimentos, ou seja, ao formular sua agenda, a mídia produz ora enquadramentos favoráveis, ora desfavoráveis sobre determinados assuntos, construindo uma representação da realidade. Esses enquadramentos da mídia funcionam como padrões de cognição, interpretação, apresentação e seleção de assuntos e fazem parte de qualquer processo comunicativo.

As dimensões a serem analisadas acerca do discurso político – midiático de *Veja* serão:

- 1- O espaço e a visibilidade dada à transição, às Diretas e às principais figuras, como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves
- 2- A valência atribuída às matérias; se foram negativas, positivas ou neutras
- 3- O tipo de enquadramento que é feito, se noticioso, com maior autonomia do jornalista, ou interpretativo, com maior participação dos outros atores políticos e sociais na produção da notícia, como o presidente Geisel, a Igreja, os empresários, os partidos e os movimentos sociais

Lateralmente a essas variáveis, ou dimensões principais, faremos um exame sobre o conteúdo selecionado adotando as seguintes categorias:

- A- o *corpus* especificamente político, o texto na íntegra (e não apenas frases)
- B- a enunciação, o que se pretende declarar em cada texto
- C- o contexto histórico
- D- as condições de produção de significado

Com relação ao item A dividiremos o conteúdo midiático em três tipos: os acontecimentos comentados – editoriais, os acontecimentos provocados – debates e entrevistas, e os acontecimentos relatados reportagens. Essa análise tipológica será ao final do trabalho, após toda a sistematização e descrição do conteúdo. Posteriormente a essa coleta elaboraremos um banco de dados com essas informações para cruzar com as bibliografias sobre o tema.

Deste modo, buscaremos linhas de reflexão da Revista *Veja* sobre a transição, por meio da análise das revistas de fevereiro de 1974, quando se inicia a liberalização, até março de 1985, com a posse de Sarney, não enfatizaremos a morte de Tancredo, pois a prioridade está no estudo da passagem do autoritarismo à democracia. Todas as referidas edições encontram-se disponíveis on-line no site da Editora Abril, onde é possível buscar por palavras-chave ou pelo número da edição, e também há uma edição intitulada “Memórias do Regime Militar: O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de *Veja*”, onde poderemos visualizar depoimentos, documentos e trechos de áudio/vídeo, e histórias sobre a publicação das reportagens e trechos censurados.

A seguir, buscaremos na história da revista, na visão de outros veículos de comunicação e em comparação a eles, a representatividade da *Veja* na dinâmica midiática. Faremos uso também de relatos de associações de Imprensa, como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e de pesquisas

quantitativas e qualitativas feitas por reconhecidos institutos de pesquisa, para traçar o alcance e a relevância da Revista *Veja* na formação de opinião do brasileiro acerca da transição. Para tanto colheremos informações na UNICAMP, no Acervo Edgard Leuenroth, pois estão disponíveis para consulta as pesquisas do IBOPE de 1942 até o final da década de 90.

Revisão Bibliográfica

Esta pesquisa abordará a transição sob três eixos, sendo eles: do processo de abertura política entre 1974 a 1985 até as Diretas e o impacto que esta gerou na transição para o governo civil; a cultura política plebiscitária brasileira, atentando para a importância das figuras carismáticas, como Ulysses e Tancredo; e finalmente a relação entre a mídia e a política.

Abrindo caminho para as Diretas

Após ter vivenciado um regime autoritário comandado por militares por mais de vinte anos, do golpe militar de 1964 a eleição de Tancredo Neves para presidente em 1985, o Brasil consolida o seu processo de redemocratização, não com a posse deste, mas de seu vice. A explicação mais difundida sobre esse desfecho é a de um pacto político entre as elites que disputavam o poder num momento em que a incerteza da continuidade e da estabilidade, ressaltando a crise econômica que se vivenciava, dava sinais de fortalecimento.

Utilizando o conceito sobre desenvolvimento sugerido por Bresser Pereira (2003), este como um processo de transformação global, envolvendo os aspectos econômicos, sociais e políticos de determinada sociedade, conclui-se que a cada modelo de desenvolvimento, surge um pacto político correspondente, que visa viabilizar a sua concretização. Esse pacto é um acordo informal entre as partes envolvidas, porém, o chamado Pacto Popular – Democrático de 1977 a 1984, tinha outro propósito que não o desenvolvimento, estava direcionado para o processo de redemocratização do país e foi o rompimento da aliança que sustentava o regime que o levou à abertura, o que houve, segundo o mesmo autor foi “a ruptura da burguesia com o Estado, ou melhor, com a tecnoburocracia estatal que o dirige” (Bresser, 1978, p.125).

Bresser-Pereira afirma que não foi a pressão estudantil, dos trabalhadores ou dos intelectuais que abalou o regime autoritário, já que eles nunca estiveram ao lado do governo, mas a burguesia insatisfeita, procurando uma hegemonia política, além da

econômica que já alcançaram. É que dá a base política para o projeto de redemocratização que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira – trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja. Em que pese essa significativa demonstração não podemos deixar de analisar a perspectiva que o apoio popular, que os novos movimentos sociais trouxeram para essa reflexão.

Partiremos da premissa de que a Aliança Democrática se apoiou em dois pilares, o acordo entre as elites e a participação popular gestada em onze anos de transição (1974-1985), valorizada e propagada pela mídia. E adotou uma estratégia de vencer as eleições no Colégio Eleitoral e nas “ruas”.

No livro: “Da distensão à Nova República” de Daniel de Mendonça (2004), este sustenta que o maciço apoio popular que o político, considerado um conservador recebeu, origina-se da oposição ao autoritarismo militar que uniu um conjunto vasto e variado de pessoas na Campanha pelas Diretas, a formação de um “imaginário popular oposicionista”, já revelado na vitória do MDB nas eleições de 74 e no crescimento da oposição partidária. Porém, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, e o que poderia ser um empecilho para Tancredo, tornou-se uma vantagem em relação a Paulo Maluf, que recebia significativa reprovação popular. Os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados na candidatura de Tancredo Neves, esses dois pilares foram preponderantes na formação de sua imagem, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral e a derrotar Maluf. Foi o coroamento de uma distensão lenta, gradual e segura, conseguida com a articulação de dissidências liberais, conservadores e as forças populares que indiscutivelmente foram importantes nos 11 anos de transição.

Przeworski (1989) fundamenta em seu artigo: “Como é que se bloqueiam as transições para a democracia?”, que os movimentos sociais, ou organizações autônomas da sociedade civil, surgem quando, em um dado estado de repressão, este diminui por razões diversas. No Brasil isso de fato ocorreu, no final da década de 70 vimos um crescimento dos movimentos sociais, gerados pela política de descompressão empreendida por Ernesto Geisel. Um dos mais expressivos, se não o mais, foi o “novo sindicalismo” que surgiu nas cidades no entorno de São Paulo, conhecidas por ABC. Eles lutavam não só pelo fim do autoritarismo, mas também pela reformulação do sistema corporativo da estrutura legal das relações trabalhistas, um momento de extrema importância foram as greves por eles empreendidas a partir de 1977.

Ao lado do novo sindicalismo, a Igreja Católica também teve importante participação durante o processo de abertura. Foram criadas as Comunidades Eclesiais de

Base, que trabalharam junto à população carente, estimulando a cobrança de investimentos e melhorias do Estado em suas comunidades e a origem de muitos movimentos populares.

Essas instituições, de acordo com Sader (1995), geraram um novo sujeito social e histórico, um sujeito coletivo, em oposição à concepção burguesa de individualidade na formulação de idéias, e descentralizado, sem uma universalidade em comum definida por uma organização central. Eram grupos dos mais variados, que primeiramente reivindicavam o direito de reivindicar, mas tentavam, além disso, alargar a noção de política, levando-a para o seu cotidiano.

A bandeira desses movimentos sociais se aproximou da tendência com que a sociedade civil via o sistema político instituído pelos militares, distorcido em relação à concepção de cidadania política européia da metade do século XIX, com a ampliação constante do sufrágio. As Diretas foi um momento de fusão que catalisou os dois grupos em prol do retorno da democracia, permitiu a formação de um discurso único, e, como foi dito por Manin (1995) existe a identificação tanto com a causa, quanto entre representante e representados, no caso brasileiro entre o que simbolizava Tancredo e a expectativa do eleitorado.

Porém, a causa se abreviava em retomar o voto direto para presidente, não estava em pauta se resultaria em uma democracia social, diminuindo a desigualdade e melhorando a redistribuição econômica entre as classes, ou resumiria à democracia política, ou *poliarquia* segundo a tão difundida definição de Robert Dahl (2005), uma aproximação do ideal democrático já que as existentes são imperfeitas; a *poliarquia* é um processo que relaciona os eixos de contestação ou oposição pública e participação política, os seus avanços ou retrocessos, e ela pode coexistir com diversos graus de democratização, ou sua falta, nos planos econômico, social e cultural (O'DONNELL & REIS, 1988). A resposta para qual o caminho que a democracia seguiria só seria possível através de uma análise sobre a forma como as instituições foram construídas durante esse processo (O'DONNELL, 1987).

A despeito de toda a mobilização que as Diretas angariaram, a emenda constitucional elaborada pelo deputado do PMDB Dante de Oliveira não foi aprovada, para tanto seria necessário dois terços dos votos da Câmara e do Senado, mas o PDS, partido da situação, ainda possuía quase metade das cadeiras na Câmara dos Deputados e mais da metade no Senado. Com esse cenário, a reivindicação popular por um direito presente na ideologia liberal é negado por uma pequena margem de diferença, antes derrota legislativa à falta de impacto político (BERTONCELO, 2007).

As Diretas deram voz a uma opinião pública que há tempos não se manifestava, mas, para além desta, ela foi o desfecho de um processo de deslegitimação que o regime

militar sofria, pelas discordâncias entre as facções internas, o crescimento da oposição e a instabilidade econômica, ela só pôde existir por uma correlação de forças sociais e políticas e uma conjuntura favorável.

Cultura Política Plebiscitária

Robert Kurz (2008) traz à tona um debate já frequente nas Ciências Sociais, resgatando o vanguardismo da “Escola dos Annales” ou “História Nova”, sobre o papel da personalidade na história, o autor sustenta que ações sociais não se realizam por si só, eles necessitam da intervenção de um ator, mas destaca como relevante as condições estruturais preexistentes que não só conformam como podem ser influenciadas pela ação humana, justamente por esse motivo é que nas grandes crises surgem personalidades carismáticas determinantes.

A partir dos anos 70, os estudos sobre comportamento eleitoral indicavam variação significativa da postura dos eleitores, que começavam a votar cada vez mais no candidato e não em um partido. Segundo a tipologia proposta por Manin (1995) a *democracia de público* possui essa característica, a da pessoalidade da representação, se aproximando cada vez mais da *democracia parlamentarista* da segunda metade do século XIX e se afastando da *democracia de partido* que ocorreu paralelamente à ampliação do sufrágio. A *democracia de público* privilegia o político comunicador e a formação de alianças, como a realizada por Tancredo – Sarney.

Na ausência de uma eleição a mesma lógica prevalece, já que o Brasil nunca teve uma tradição partidária consolidada, a figura presidencial sempre foi considerada a mais importante desde que o sistema presidencialista foi proposto pelo positivismo militar quando finda a monarquia, porém, ele se enraíza na cultura política brasileira e torna o modelo plebiscitário seu reflexo quando Vargas, com o Estado Novo, consolida seu poder pessoal.

A cultura política é ao mesmo tempo causa e consequência do funcionamento do sistema político, de acordo com Souza & Lamounier (1990), a consequência se cristaliza no que a sociedade se recorda de suas experiências passadas e são uniformemente reproduzidas a menos que uma substancial ruptura ocorra, a política de certa forma conduz a história. Os autores acima citados descrevem a cultura política brasileira como de ordem *patrimonial*, onde o Estado é fortalecido para manter o *status quo* e trabalha na *internalização do conflito*, o que se pode apreender é que “a mentalidade política dominante é conciliatória, pragmática, enfim, voltada para a prevenção de conflitos” (SOUZA & LAMOUNIER, 1990, p.85), prática constante desde o fim do pacto colonial. A democratização brasileira está ligada aos antecedentes históricos do regime político que vivenciava e à sua cultura política, suas tradições, comportamentos e atitudes, e gerou um

processo de transformação global com um exemplar expoente da moderação política, Tancredo de Almeida Neves.

Pela obra de Moisés (1994), pudemos verificar que alguns estudos sobre a transição são baseados na *escolha racional* e na *teoria dos jogos*, como interações estratégicas, onde as elites políticas em um dado ambiente de incerteza optaram pela democracia como forma de diminuir os custos da crise. Resgatando o estudo sobre *poliarquia* de Robert Dahl (2005), os atores políticos possuem segundo essa análise um grau maior de autonomia e decisão. Porém, há outra vertente, abalizada nos estudos de O'Donnell, que não se baseia na incerteza, mas na estabilidade das esferas econômica, social e cultural de um determinado regime para traçar estratégias para a manutenção ou transformação do *status quo*, é fundamentado em comportamentos de mais longa duração, como a tendência à tradição plebiscitária.

A intenção de manter uma ligação direta com os eleitores faz com que a missão do presidente, seja a de modernizar o país e para tanto necessita de plenos poderes, que seja um líder carismático ungido pelo mandato popular (AVELAR & CINTRA, 2007). Partindo desse raciocínio acreditamos que as Diretas legitimou Tancredo Neves tanto quanto uma eleição direta, foi o desfecho para uma estratégia de liberalização do regime por via eleitoral.

Política e Mídia

Entendemos que a abordagem do período histórico que marca a passagem do autoritarismo para a democracia é necessária para a compreensão da história recente do país e para fundamentar a escolha do objeto, fez-se necessária a ampla utilização de obras desse viés teórico para a formulação desse projeto. Assim como de autores que trabalham a temática mídia para sustentar a premissa da influência dos meios de comunicação na esfera política, para se conseguir a pretendida visualização da transição pela revista *Veja*.

O processo de seleção de notícias de acordo com Luiz Gonzaga Motta (2002) pode ser tanto objetivo, quanto subjetivo, e atende a pressões e a condicionamentos políticos, ideológicos e econômicos, fazendo com que o produtor das notícias tenha um papel essencial. O sentido que o canal de comunicação impõe à produção das notícias pode estabelecer e sustentar relações de dominação e muitas vezes atuam como mediador entre a sociedade civil e o Estado.

Fernando Antônio Azevedo (2008) nos relembra que a parcialidade e partidarismo estão presentes na história da mídia pelo menos desde a campanha de Brizola em 1982 para o governo do Rio de Janeiro, onde venceu apesar da acusação de fraude e da participação da TV Globo. Há também o fato de as Diretas terem sido ignoradas pela emissora citada nos seus primeiros meses por suposta pressão dos militares.

Procuramos resgatar o conceito de esfera pública formulado por Habermas (1984) para interpretar o papel da imprensa nas sociedades contemporâneas, o autor fala de esfera como uma arena onde a sociedade civil ²age coletivamente no intuito de debater as questões que lhe são relevantes e que, de certa forma, podem influenciar a agenda política. A opinião pública pode influenciar as massas e acioná-las como um instrumento de legitimação do poder que se têm ou que se busca.

O texto produzido pela *Veja* nos fornecerá pistas para compreender o papel que a mídia teve em um determinado contexto sócio-histórico ideológico, em nosso caso a transição democrática, tendo como foco a Campanha pelas Diretas e os políticos Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, um período pioneiro na comunicação de massa no Brasil, em especial pelos embates eleitorais.

A autora Sônia Serra (1998) nos alerta que tanto o conceito gramsciano de hegemonia quanto a noção de campo cultural de Bourdieu identificam os meios de comunicação como um espaço de conflito, é uma visão liberal-pluralista que trata os meios de comunicação de massa de forma emancipadora, com ênfase no papel dos consumidores da notícia como influenciando o conteúdo dos meios, distinta da visão mais radical de fundo marxista. Ela cita o movimento pelas Diretas-Já como um exemplo de uma forte corrente de opinião do público que não pôde ser ignorada pela mídia.

Ressaltamos que a relação entre a mídia e o público é, para nós, dinâmica e interativa, como o exemplo de *agenda-setting* ou agendamento da mídia, recurso teórico utilizado por vários autores que constam na bibliografia desta pesquisa, ele consiste basicamente em: a mídia prioriza alguns assuntos a outros, esses chamados *enquadramentos* constroem uma espécie de representação da realidade, uma determinada interpretação dos fatos; os meios definem a pauta e a hierarquia da produção de notícias, levando em consideração fatores diversos: econômicos, ideológicos e também por vezes os interesses coletivos do público e de outras esferas públicas; a mídia não necessariamente influencia o discurso dos indivíduos, mas ajuda a delimitar o léxico usado.

Assim como Sônia Serra (1998), Venício A. de Lima (2001) utiliza a definição de hegemonia gramsciana, ele ressalta que Gramsci apontou as instituições da sociedade civil: as escolas, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos e organizações da cultura (jornais, cinema, rádio) como portadoras de hegemonia. E é dentro de um contexto de autoritarismo, com o gradativo fortalecimento da sociedade civil, que se situa o nosso estudo, entender, a partir de uma revista, a *Veja*, como se deu um evento político e sua possível parcela hegemônica na irradiação deste evento.

² Segundo Habermas sociedade civil se refere aos movimentos e organizações que surgem de forma espontânea e transferem as questões da esfera privada para a esfera pública.

Conclusões

Como foi dito pelo historiador Paul Veyne (1983), fatos históricos só existem por abstração ou sob os conceitos que o apóiam, a intenção deste trabalho é através de conceitos próprios da Sociologia e da Ciência Política, analisar um fato histórico, que é a transição democrática brasileira por uma metodologia do discurso político – midiático. Já que um fato histórico não pode ser entendido de forma isolada, acreditamos que o discurso político pode nos permitir enxergar o processo histórico pelo que foi vivenciado por uma parcela da sociedade.

Segundo Charaudeau (2006), a análise do discurso não pretende buscar as causas dos fatos políticos ou de sua racionalidade, mas de, a partir de determinado discurso a emergência tanto de uma racionalidade, quanto de um fato político.

A despeito das considerações aqui feitas, serem apenas preliminares e não – conclusivas, é possível inicialmente afirmar que a linha editorial mantém uma clara postura liberal, a favor da redemocratização do país segundo o modelo “lento, porém, seguro” do presidente Ernesto Geisel, e do fim do AI-5, assim como outras medidas repressivas, mas de forma harmônica, sem lutas ou desordem.

Ainda não foi possível verificar se sua posição é favorável à Campanha pelas Diretas a partir de 1983, mas que a retomada pelo Estado de Direito consta em sua pauta desde 1974, já pode ser asseverada. Outro item que precisa ser mais estudado são os editoriais de Mino Carta, que vão até 1975, e os de Roberto Guzzo, a primeira diferença notada foi com relação à diminuição do tamanho do editorial.

Outra assertiva que podemos fazer, é que *Veja* dá bastante espaço ao tema eleições, nacionais, governamentais ou municipais, e então, podemos retomar Lamounier (1988), quando o autor diz que as eleições funcionam como um termômetro da legitimidade ou contestação de um governo. E também que a fase repressiva do regime foi aos poucos sendo desfeita pelo caminho da política, por personagens como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, e o MDB, que tanto aparecem nas edições de *Veja*.

As medidas liberalizantes tomadas pelo presidente Geisel também aparecem, assim como os descontentamentos do empresariado, principalmente paulista, quanto às decisões econômicas e políticas do governo. Assim como expoentes da Igreja Católica.

Concordamos com o artigo de Evelina Dagnino (2004) que a redemocratização proporcionou uma “momentânea” unidade da sociedade civil em torno da retomada do

Estado de Direito e das instituições democráticas, e ainda mais se somarmos a essa unidade o discurso político – midiático de *Veja*, ambas catalisaram boa parte das energias intelectuais e políticas do país, era como se os vários setores da sociedade se unissem para a construção de um projeto nacional, projeto esse refletido em *Veja*.

Concluindo a argumentação desenvolvida até o momento, este trabalho procura estudar a transição do autoritarismo para a democracia no Brasil, apoiando-se nas premissas enunciadas anteriormente para analisar um tipo específico de discurso político, o discurso político – midiático de *Veja*. E principalmente, buscando na contextualização histórica os indícios da correlação entre os fatos políticos, as aspirações da sociedade e o discurso de um meio de comunicação de massa.

Revisão Bibliográfica

Consultadas:

ABRAMO, Cláudio Weber. *O Império dos Sentidos*. Novos Estudos - CEBRAP, n. 31, 1991.

AVELAR, Lúcia. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *O Colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CARDOSO, F.H., FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. LTC Editora, Rio de Janeiro, 1970.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAHL, Robert. *Poliarquia. Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 2005.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 13.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2007.

GONZAGA, Luiz Motta. *Imprensa e Poder*. Brasília: UNB/Imprensa Oficial SP, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Ed. Forense e EDUSP, São Paulo, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. *O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Venício A. de. *MÍDIA: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do Governo Representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº29, ano 10, 1995.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

MELHEM, Celia S. & RUSSO, Sônia M. *Dr. Ulysses – O homem que pensou o Brasil*. São Paulo, Editora Artemeios, 2004.

MENDONÇA, Daniel de. *Da distensão à Nova República*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MOISÉS, J. A. Entre a “incerteza” e a tradição política. *Uma crítica da primeira geração de estudos da transição*. Novos Estudos – CEBRAP.nº40, 1994.

O'DONNELL, Guillermo & REIS, Fábio Wanderley. *A democracia no Brasil – Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados Burocráticos - Autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. *Como é que se bloqueiam as transições para a democracia?* In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, Falas e Lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Ed. UnB, 1982.

SERRA, Sônia. *Práticas Midiáticas e Espaço Público*. In: LIMA, Venício A. de (Org.). *Os Mídia e a Política*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. *A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira*. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré, 1990.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças. História e Sociologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

Internet:

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Imprensa e Política: a cobertura eleitoral dos jornais paulistas no pleito de 2000*. Disponível em: <http://209.85.215.104/search?q=cache:vG10XybphM4J:www.cienciapolitica.org.br/en...> acessado em 19 mai.2008.

KURZ, Robert. *O último Messias*. Disponível em: <http://blog.controversia.com.br/2008/11/09/o-ultimo-messias/> acessado em 09 nov.2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas & AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e Política no Brasil: estudos e perspectivas*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt> acessado em 29 jan.2009

<http://www.fclar.unesp.br/grupos/casa/artigos/V2/CASA20032-veja-annuncio.pdf> acessado em 03 set.2008.

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx> acessado em 24 abr.2009.

<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/regime_militar/abre.html> acessado em 03 set.2008.